

NOME
DOMINGOS DE MENDONÇA NETO



IDENTIDADE

FILIAÇÃO-PAI Francisco Mendonça

MÃE Guiomar de Albuquerque Mendonça

IDADE 25.12.1931 ESTADO CIVIL Casado

PROFISSÃO Bacharel em Direito POSTO OU GRAD.

FUNÇÃO

NACIONALIDADE Brasileira NATURAL DE João Pessoa/PB

LÊ ESCREVE CERT. RESERVISTA

TÍTULO ELEITOR LOCAL TRABALHO

ESTUDANTE ESCOLA

NÍVEL

RESIDÊNCIA

OUTROS DADOS Ex-Pref.de J.Pessoa/PB

HISTÓRICO

DO nº 075/22.04.66 - Suspensão de Direitos Políticos e Mandato Cassado.

CIC

C Ó P I A A U T Ê N T I C A

✓
Estado da Paraíba - Instituto de Polícia Técnica - Gabinete de Identificação - INFORMAÇÃO - INFORMO que DOMINGOS MENDONÇA NETO, brasileiro, casado, filho de Francisco Mendonça e Guiomar de Albuquerque Mendonça, nascido à 25 de dezembro de 1931 em João Pessoa, deste Estado, Bacharel em Direito. Foi identificado neste Instituto a fim de obter carteira de identidade - Ass. José Gate da Silva - Chefe do Gabinete de Identificação - João Pessoa, 7 de março de 1968. Está conforme o original. Eu, Celia Maria Meneses, Auxiliar de Serviço, nível D-5, o datilografei.

V I S T O:

cel João Gadelha de Oliveira

CEL. JOÃO GADELHA DE OLIVEIRA

DELEGADO DA DOPSE.

Anexo ao OF nº 26, de 08/03/68
da SSP/PB

N8. PRO. PAR. 10. 8712. 03
704

Secreto

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Extrato de Prontuário

de

DOMINGOS DE MENDONÇA NETO

- Funcionário autárquico.
- Advogado.
- Foi Vereador e Presidente da Câmara Municipal de JOÃO PESSOA (PB), pelo ex-PSD.
- Prefeito de JOÃO PESSOA (PB).

1965 - MARÇO - No balancete do dia 3 a Prefeitura contava em Banco com a quantia de Cr\$475 348, enquanto que, como "valores em Caixa" dispunha de Cr\$115 015 288, onde figuravam vales de Vereadores e cheques sem fundos.

- ABRIL - A Câmara Municipal, por 7 votos contra 5, rejeitou projeto que o declarava impedido no cargo de Prefeito de J PESSOA (PB).

- Autorizou o pagamento de hum milhão de cruzeiros em favor de AGNELO AMORIM FILHO, referente a "serviços advocatícios em defesa do Chefe do Executivo Municipal, face ao IPM instaurado contra a sua administração."

- JULHO - A Caixa Econômica Federal da PARAÍBA informou / que a Prefeitura de J PESSOA, desde Ago 64, não recolhia as consignações em fôlha de seus servidores, com referência a empréstimos feitos pela Caixa, no valor de Cr\$.. 10 121 210.

- Para julgar o marginado e outros prefeitos do Estado, indiciados em IPM, a Assembléia Legislativa escolheu, para componentes do Tribunal Especial, 5 Deputados Estaduais, dos quais três eram também indiciados em IPM (por assinarem manifesto da FRENTE PARLAMENTAR NACIONALISTA). Foi absolvido.

- AGÔSTO - O IPASE comunicou o débito extensível de Cr\$.. 269 337, dependendo de um encontro de contas entre o Instituto e a Prefeitura de JOÃO PESSOA (PB).

- SETEMBRO- O IAPI informou que o débito da Prefeitura de JOÃO PESSOA (PB) era de Cr\$482 873, ainda sujeito à correção monetária.-

Secreto

S e c r e t o

(Cont. Extrato de Prontuário de DOMINGOS MENDONÇA NETO) -

Fl. 2-

- SETEMBRO - O IAPETC declarou que a Prefeitura de JOÃO PESSOA (PB) estava em atraso nas contribuições de previdência, nos prêmios de seguro contra acidente e do trabalho e nas contribuições de terceiros, descontadas de seus funcionários de Maio a Agosto de 1965.-
- OUTUBRO - Gastou excessivamente com publicidade em jornais do RECIFE (PE) e J PESSOA (PB), contrastando com o atraso de vencimentos do funcionalismo municipal. Prosseguiu na aquisição de material sem concorrência pública, em proveito de firmas de parentes e amigos.-
- NOVEMBRO - O Montepio do Estado informou que havia dezesseis meses que a Prefeitura de J PESSOA (PB) não recolhia a contribuição de seus funcionários, descontada em folha de pagamento.
 - A AL/PB desarquivou o processo contra a administração do marginado, oriundo de IPM e que a própria AL arquivara às vésperas das eleições de 3 de outubro de 1965.
 - Em IPM instaurado para apurar irregularidades na sua administração em J PESSOA (PB), foi apurado o seguinte:
 - a Tesouraria da Prefeitura jamais efetuou uma prestação de contas, não mantinha em dia o livro de contas, nem o livro-caixa; desconhecia a utilidade do livro de contabilização de cheque bancário e jamais realizou um confronto dos cheques emitidos com o extrato de sua conta-corrente bancária;
 - as aquisições eram feitas sem concorrência ou simples tomada de preços, além de muitas vezes serem feitas às firmas que serviam de intermediárias, pelo fato de não possuírem o material comprado;
 - a disponibilidade da Prefeitura estava dobrada em moeda corrente no cofre e em documentos pagos adiantadamente, sem prévio processo de pagamento (cêrca de 70 milhões de cruzeiros);
 - as quotas do fundo rodoviário nacional eram utilizadas em outras operações financeiras que não as previstas;
 - a aplicação indevida de Cr\$ 5 767 828, para publicações oficiais, quando a verba era de apenas Cr\$. 3.500.000;

S e c r e t o

NR. PRO. PAI. 10. 87, p. 05/05
706

Secreto

(Cont. Extrato de Prontuário de DOMINGOS MENDONÇA NETO) -

F1.3 -

- as verbas destinadas ao Pronto-Socorro de JOÃO PESSOA (PB), tinham emprêgo diverso daquele para o qual eram destinadas, sendo a sua prestação de contas feita com documentos destituídos de aspecto legal;

- compra superior a Cr\$13.000.000 sem comprovação de que os materiais constantes do fornecimento tenham sido entregues à Prefeitura, acrescentando que a firma que vendeu os materiais não é representante da maioria dos artigos especificados nas notas fiscais existentes;

- ausência de documentos comprobatórios nos empenhos e faturas pagas sem quitação pelo fornecedor;

- vários elementos recebendo a título de "pro labore" dos cofres municipais, sendo que alguns sem prestar serviços à Prefeitura;

- aquisição de material para a estação retransmissora de televisão e compra de veículos no valor de Cr\$50.100.000, feitas sem concorrência, beneficiando a firma "VILLARIM MEIRA", que tem prioridade em recebimentos;

- existência de 24 processos, oriundos da Chefia do Gabinete, para pagamento de pessoas, muitas das quais não são da Prefeitura;

- finalmente, pagamento de contas particulares suas e de seus auxiliares diretos, em restaurantes da cidade, com dinheiro da Prefeitura.-

Secreto